

## Cargos na USP

Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH) da Codage, a USP dispõe de 1.917 cargos vagos (1.027 de professores assistentes e 890 de doutores). Por outro lado, o mesmo DRH informa que a USP tem em seu quadro docente 1.852 pessoas contratadas de forma precária. A Adusp vem se manifestando contrária à manutenção desta situação. Em abril de 1995 a entidade publicou no *Informativo* nº 9 texto em que começou a debater possíveis soluções para o problema. Ainda em 95 a Adusp realizou uma pesquisa para identificar o perfil dos precários na USP e promoveu debates nos diversos campi da Universidade.

## Docentes da USP recebem o pior salário das últimas duas décadas

Há nove meses sem qualquer reajuste, os salários que os docentes estão recebendo no início deste mês, referente a fevereiro, correspondem a 78% do salário de maio do ano passado, de acordo com o ICV-Dieese. Os salários dos docentes MS-3 estão em queda livre, mas a situação é ainda pior para os MS-1

e MS-2, preteridos em março de 95 quando houve mudança na gratificação de mérito. É possível constatar que houve crescimento da arrecadação do ICMS no segundo semestre de 94 e primeiros meses do ano passado. Porém, nos meses seguintes houve uma retração na arrecadação e, como consequência, a arre-

cação média mensal de ICMS em todo o ano de 95 foi ligeiramente inferior à de 94 (2,7%). Para as universidades, no entanto, a situação é inversa em virtude do aumento de sua quota de 9 para 9,57%. Assim, os repasses para as universidades subiram cerca de 3,5%.

Pág. 8

## Congestionamentos nas férias

Em pleno período de férias os usuários do campus enfrentaram congestionamentos de até meia hora nas três saídas da USP. Com o início das aulas a perspectiva é de aumento dos congestionamentos. Diariamente 60 mil pessoas circulam pela Cidade Universitária.



Daniel R. Garcia

Pág. 7 Na saída da Veterinária 2,5 km de congestionamento às 17h30

## Reitoria não fornece dados sobre aposentadoria

O Congresso começa a debater a reforma da Previdência, na qual está contida a extinção da aposentadoria dos professores universitários aos 30 anos de serviço para os homens e 25 para as mulheres. Diante da preocupação que o assunto tem causado no interior da Universidade o *Informativo Adusp* tentou conseguir o número de docentes aposentados pela USP entre janeiro de 95 e janeiro de 96. Flávio Fava de Moraes, Hélio Nogueira (coordenador da Codage) e Eunice Lactava (chefe de gabinete) "empurraram" o assunto um para o outro sem fornecer os dados. Docentes da USP e diretores da Adusp participaram, dia 27 de fevereiro, na Praça Ramos de Azevedo, de um Ato contra a Reforma da Previdência (foto). No dia 7 deste mês a Adusp estará promovendo debate sobre a Reforma, às 15h, no Anfiteatro da Geografia.

Leia mais sobre a Previdência nas páginas 4, 5 e 6.

Leia mais sobre a Previdência nas páginas 4, 5 e 6.



Daniel R. Garcia

# Morre José Gomes, especialista da questão fundiária

O engenheiro agrônomo e fazendeiro José Gomes da Silva morreu, dia 14 de fevereiro, de parada cardíaca. Ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inera), José Gomes sempre esteve ligado ao debate da questão agrária no Brasil. Participou da equipe que formulou o Plano de Revisão Agrária do Estado de São

Paulo (1959 a 63); colaborou com o marechal Humberto Castelo Branco na elaboração do Estatuto da Terra, e no governo Montoro (1982 / 85), como secretário da Agricultura de São Paulo, implantou o Instituto de Assuntos Fundiários.

José Gomes dirigiu o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e fundou a



Associação Brasileira de Reforma Agrária. Nas duas campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, foi o coordenador do programa de Reforma Agrária.

Em dezembro de 1995 José Gomes escreveu especialmente para a Revista Adusp o artigo "A Reforma Agrária brasileira no limiar do ano 2000", publicado em janeiro deste ano. Neste artigo, José Gomes mostra que houve pelo menos seis momentos históricos em que o país perdeu a oportunidade de criar uma base democrática de apropriação da terra e demonstra que o atual governo conseguiria assentar 200 mil famílias com R\$ 1,98 bilhão. Essa importância é bem menor que o rombo do Banco Econômico e equivale à metade da contribuição federal para salvar o Nacional.

No artigo de nove páginas, José Gomes apresenta um histórico do problema agrário no país, mostra como fazer a Reforma Agrária, analisa a legislação brasileira e aponta os caminhos para solucionar um dos mais graves problemas da atualidade, que vem causando enfrentamento no campo e a prisão de líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

# Dois Pontos

## Perseguição ao MST

Pela segunda vez em menos de quatro meses a Justiça paulista investe contra os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Pontal do Paranapanema. Quatro estão presos em Presidente Prudente, dentre eles Diolinda Alves de Souza, e dois estão foragidos, um deles José Rainha Júnior. Em janeiro deste ano a Revista Adusp publicou entrevista com José Rainha e Diolinda na qual eles afirmam que o Judiciário está à disposição das elites no Brasil. "O Judiciário trata de uma mesma forma os problemas gerados por uma greve, uma ocupação de terra e o abandono das crianças de rua. Nessas situações todos são tratados como marginais", diz Rainha.

## Tempo de serviço

O reitor da USP, Flávio Fava de Moraes, baixou resolução que dispõe sobre o afastamento de docentes com prejuízo de vencimentos, para fins de aprimoramento técnico-científico ou cultural. A resolução de nº 4.223 estabelece que esse tipo de afastamento será considerado como de efetivo exercício para efeito de concessão de adicional por tempo de serviço, sexta parte, aposentadoria e disponibilidade. A medida valerá para docentes efetivos e contratados.

## Brasil campeão

O Brasil obteve a 63ª pior colocação no relatório "Situação Mundial da Infância 1996", divulgado em dezembro do ano passado. O relatório revela que no Brasil ocorrem 61 mortes

por grupo de mil crianças entre zero e cinco anos de idade. O Brasil ficou atrás de países como o Sri Lanka e a Bósnia Herzegovina. Ele está muito mais próximo de países como Nigéria, Angola, Afeganistão e Mali e muito distante da Suécia, Finlândia, Japão, Dinamarca e Alemanha.



José Rainha e Diolinda Alves

## Carta

### Dossiê Rhodia

A propósito da matéria "Dossiê Rhodia", inserida na edição de novembro de 1995, assinada por Maria Elisa Marcondes Helene, do Núcleo de Apoio à Pesquisa e Economia, Sociedade e Meio Ambiente - USP, que menciona ter sido "detectado o lixo químico no aterro do prédio da escola do SENAI, na Praça da Bíblia nº 1, em Cubatão", venho à presença de V. Sa. para, em respeito aos seus leitores, informar que as análises laboratoriais, realizadas pela CETESB-

Regional Cubatão, demonstram que os teores dos compostos químicos encontrados no endereço referido estão abaixo do limite estabelecido para as áreas de ocupação humana. A própria CETESB, pelo seu gerente regional de Cubatão, engenheiro Luiz Antônio Brum, assinala que o material empregado no aterro não apresenta riscos ao meio ambiente ou à saúde pública.

Fábio Luiz Marinho Aida, diretor regional do SENAI

## Adusp

### Diretoria:

Marco A. Brinati, Osvaldo Coggiola, Jair Borin, Heloisa D. Borsari, Valéria De Marco, Primavera Borelli, José Nivaldo Garcia, Antonio César Fagundes, José Marcelino Rezende Pinto, Oziride Manzoli Neto.

### Editor:

Marcos Luiz Crippa vd

### Colaboração:

Profa. Lúcia Marcondes Machado

### Projeto Gráfico:

Argem Godoy

### Produção Gráfica:

Maria Cristina Walligora e

Luís Ricardo Clámar

### Revisão:

Raquel La Corte

### Secretaria:

Rogério Yamamoto

Alexandra Carillo

### Distribuição:

Marcelo Chaves

Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Bureau Bandeirante

Impressão: Ipsis Gráfica e Editora

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano

Gualberto, trav. J, nº 374

Cid. Universitária - São Paulo - SP

CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573

Fax: (011) 814-9321

# Centro para inovação tecnológica exige investimentos de US\$ 42 milhões

*Sem debater com a comunidade científica do Estado, a Secretaria de Ciência e Tecnologia propõe a criação de um Centro para Inovação Tecnológica gerenciado por membros de instituto americano. O programa prevê um estágio inicial de sete anos, mobilizando US\$ 6 milhões anualmente.*

Proposto pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico para ser o elo entre as universidades estaduais paulistas, a indústria, o governo e o Massachusetts Institute of Technology (MIT), o Centro para Inovação Tecnológica do Estado de São Paulo está começando a se tornar realidade sem sequer passar por um amplo debate com a comunidade científica.

As direções da USP, Unesp e Unicamp já encaminharam, em outubro do ano passado, ofício a diversos institutos informando o início do processo de negociações e convocando os pesquisadores e/ou grupos de pesquisas que têm em andamento algum tipo de colaboração com o MIT a se registrar neste "levantamento preliminar". O objetivo, segundo o texto, é o de se estimar as possibilidades e as áreas de colaboração a serem desenvolvidas.

Segundo a proposta, o governo estadual e as universidades paulistas entrarão com infra-estrutura, pessoal e verbas, enquanto que ao Massachusetts Institute of Technology caberá atuar como interlocutor (administrador) entre as universidades, o governo e o complexo industrial paulista. Neste papel, o MIT estará direcionando e controlando as pesquisas em áreas como biotecnologia, computação de alto desempenho, tecnologia de sensores, comunicação por satélite, novos materiais, engenharia genética e muitas outras áreas ditas estratégicas para o desenvolvimento econômico do país. O programa propõe um estágio inicial de sete anos, mobilizando US\$ 6 milhões anualmente.

Ao assumirmos esta proposta estaremos, implicitamente, assumindo que este país não sabe o que quer e não tem competência para executar projetos de pesquisas por conta própria.

Rogério Cerqueira Leite

À primeira vista, poderia ser um convênio como qualquer outro. As universidades brasileiras têm estabelecido convênios de vários tipos com outras universidades, inclusive do exterior, com indústrias e empresas de vários setores. Críticas à parte aos convênios em geral, este, particularmente, parece ser especial.

Primeiro, pela verba: embora não seja excessiva, ela é reservada ao programa, o que implica em dizer que é a verba caçando a pesquisa. Segundo, pelo seu caráter restritivo: ninguém tem dúvida de que o MIT é uma instituição do mais alto nível acadêmico. Tanto é verdade, que já há pesquisas significativas nas áreas enumeradas e há, como o texto da proposta menciona, intenso intercâmbio entre o MIT, a USP, a Unesp e a Unicamp. Se já existem a pesquisa e o intercâmbio, qual seria a função do privilégio colocado pela proposta? Terceiro,

pelo poder concedido ao MIT, uma vez que o Comitê Executivo será composto por membros daquela universidade. E, quarto, pelo viés óbvio: trata-se de pesquisa, como diz o texto da proposta, "*of strong relevance and interest to the private sector*".

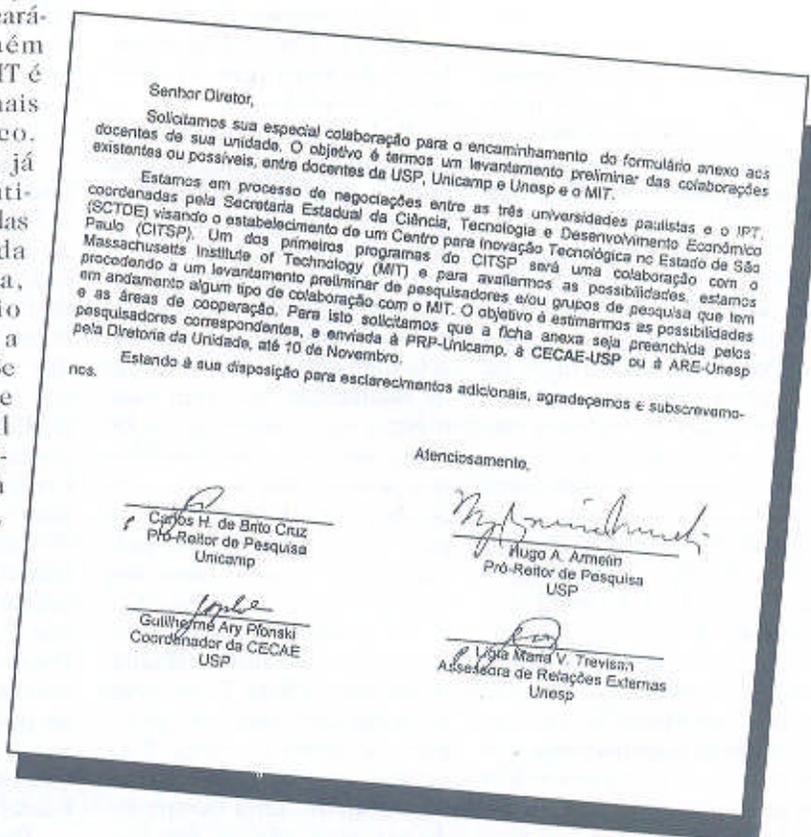
Não vale aqui o livre mercado tão apregoado pelos neoliberais? Com quanto, em verbas, a indústria está contribuindo? Por que financiar justamente a pesquisa de interesse do setor privado? Se

nós temos competência e dispomos de verba para financiar um programa de, pelo menos, sete anos, é necessário nos colocarmos na dependência de um único instituto, especialmente estrangeiro? Se a busca é de desenvolvimento regional de uma região brasileira, por que a autoridade é americana?

Vale, por fim, analisarmos se estamos pagando para desenvolver a nossa nação e a nossa ciência ou contribuindo para o desenvolvimento dos EUA!

À revista *Veja*, em dezembro do ano passado, perguntado sobre este assunto, Rogério Cerqueira Leite disse: "Ao assumirmos esta proposta estaremos, implicitamente, assumindo que este país não sabe o que quer e não tem competência para executar projetos de pesquisas por conta própria".

**Cópia do ofício encaminhado aos diversos institutos das universidades estaduais paulistas.**



# Congresso de Santa Maria define eixos de atuação da entidade para 96

A Reforma da Previdência, que irá a votação no Congresso Nacional este mês, constituiu-se em questão central no XV Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), realizado na primeira semana de março em Santa Maria (RS). Participaram do encontro 296 delegados (representando 58 associações docentes), 36 observadores e oito convidados.

Os docentes avaliaram que na essência do projeto de Reforma da Previdência existem interesses nitidamente vinculados à privatização do sistema de seguridade brasileiro e que o governo esconde-se atrás do combate a pseudo privilégios dos trabalhadores para encobrir sua aliança com empresários. Os congressistas avaliaram ainda que não foram os trabalhadores os responsáveis pelo esvaziamento dos fundos da previdência e defenderam uma Auditoria Pública nas suas contas.

Os professores consideraram a intenção do governo de restringir a aposentadoria especial apenas aos professores de 1º e 2º Graus mais um golpe que se soma aos ataques que vêm sofrendo as universidades brasileiras. Para fazer frente a esta situação a Andes está atuando na base e no Congresso Nacional, com os sindicatos de servidores públicos de todos os níveis e na construção de uma greve geral.

Por decisão dos congressistas reunidos em Santa Maria, a Andes encaminhou carta à direção nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) condenando o acordo entre a Central e o governo na questão da reforma da previdência. Segundo o texto, os pontos acordados com o governo, se implementados, significarão um profundo retrocesso em direitos históricos da classe trabalhadora brasileira, o

que é inconcebível para uma entidade classista.

**Ciência e Tecnologia** - No que diz respeito à implantação de uma política de Ciência e Tecnologia (C&T), o Congresso da Andes reafirmou posição contrária ao Projeto de Lei de Patentes, especialmente ao substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal por comprometer o desenvolvimento científico e tecnológico do país, contrariar os interesses da indústria nacional e por permitir que indústrias multinacionais se apropriem dos recursos naturais brasileiros, especialmente dos recursos genéticos. O Congresso aprovou, como uma de suas resoluções, que a Andes deve intensificar esforços para a efetiva consolidação do Fórum Nacional de C&T e Desenvolvimento, do qual também devem participar a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior), a Sociedade Brasileira de Ecologia, dentre outras entidades.

**Política Agrária** - A cobrança ao governo de uma efetiva política de Reforma Agrária no Brasil colocou-se como um dos eixos de luta da Andes e das Associações Docentes a ela vinculadas para este ano de 96. Visando articular-se com outras forças da sociedade que têm esse mesmo posicionamento, o XV Congresso da Andes deliberou pela participação de suas Seções Sindicais no Fórum pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo tanto em nível nacional, como estadual e municipal. A solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deverá se traduzir tanto no plano político como material. Esta última ação, que deverá se constituir de uma campanha de arrecadação de fundos,

## Três chapas inscritas para as eleições na Andes

Pela primeira vez na história da Andes três chapas deverão disputar a direção da Entidade. A eleição está marcada para os dias 21, 22 e 23 de maio e a posse prevista para 28 de junho deste ano. Segundo avaliação da atual diretoria da Andes, expressa na Carta de Santa Maria, distribuída após a realização do XV Congresso, este fato inédito demonstra a vitalidade do Sindicato. "Constroem-se condições para que os sindicalizados optem por este ou aquele programa. Isto é um poderoso chamamento para o debate das teses e dos problemas vividos pela nossa categoria e pela sociedade", afirma o texto.

A chapa 1, denominada "Andes Autônoma e Democrática", está assim constituída: Maria Cristina de Moraes (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), presidência; Márcio Antônio de Oliveira (Universidade Federal de Juiz de Fora),

secretário-geral; Solange Bretas (Universidade Federal de Uberlândia) 1º tesoureira.

A Chapa 2, "Andes Paratodos", indica para a presidência Maria Luísa Fontenele (Universidade Federal do Ceará); secretário-geral Elias Nunes Dourado (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); e para 1º tesoureiro Iedo Leite Fontes (Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa).

A Chapa 3, "Em Defesa da Democracia" registrou os nomes de Renato de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) para a presidência, Emanuel Appel (Universidade Federal do Paraná) para a secretariageral e Aníbal Sanchez Moura (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) para a 1ª tesouraria.

As chapas completas, incluindo as regionais e os demais membros da executiva, deverão ser registradas na sede da Andes, em Brasília, até o dia 7 deste mês.

será definida ainda no primeiro semestre deste ano.

**Carreira e capacitação docente** - O XV Congresso enfatizou que a construção de um padrão unitário de qualidade para a universidade brasileira passa, necessariamente, pela unificação das condições de trabalho nas diferentes Instituições de Ensino Superior. Os congressistas entendem que um Projeto de Carreira Única para os docentes de 1º, 2º e 3º Graus, que atuam em Instituições de Ensino Superior, assim como a garantia de um Plano de Capacitação Docente constituem requisitos indispensáveis para que os professores tenham perspectivas de profissionalização indispensáveis ao pleno exercício da função.

**Política sindical** - Em

relação a este item o Congresso da Andes reafirmou sua disposição de trabalhar pelo fortalecimento da CUT no sentido de se contrapor às propostas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso e para que a entidade se coloque na defesa dos interesses dos trabalhadores sem discriminação de categorias. A partir de tal entendimento, definiu-se que a CUT assumira a coordenação do processo de unificação da luta dos trabalhadores não afastando-se de seu compromisso de buscar formas de organização que privilegiem a concepção de organização pela base, garantindo o caráter de uma Central cada vez mais classista, onde prevaleçam formas democráticas de deliberação.

# Ação neoliberal não se restringe à Previdência

*Fernando Molinos Pires Filho, diretor da Andes e coordenador do GT Saúde e Seguridade Social, analisa a reforma da Previdência e avalia que a principal intenção do governo FHC é transferi-la para a iniciativa privada.*

**Adusp** - O que está por trás da reforma da Previdência?

**Fernando** - A verdadeira preocupação tem de se dar no sentido de identificar os objetivos que estão ocultos na proposta do governo. Essa questão nos dá condições de compreender porque são apresentadas propostas tão agressivas. Lembro-me de que, no momento que antecedeu ao início das reformas, a Previdência já estava na alça de mira do governo. E no rol das quase 500 emendas que foram propostas no início, identificamos algumas que chegavam a ser aterradoras, a exemplo da extinção do benefício após a morte do segurado. Essa proposta procurava evitar o amparo aos familiares do segurado.

**Adusp** - Qual a questão fundamental que está em jogo?

**Fernando** - Há uma evidente intenção de transferir a Previdência para o campo da iniciativa privada, a exemplo do que aconteceu no Chile e do que se tentou propor para a área da Saúde. Portanto há, por trás de tudo isso, a intenção da privatização.

**Adusp** - Como, neste momento, fazer o enfrentamento com o governo se ele conseguiu rachar o sindicalismo, especialmente no debate desta questão?

**Fernando** - A resposta está na outra intencionalidade subjacente à proposta do governo. Uma é a privatização a que eu já fiz referência, a outra é que a proposta da Previdência não é isolada. Ela está imersa no projeto de reformas de tantos outros campos. Ela viabiliza a consolidação da proposta neoliberal do governo. Não se trata de pensar a reforma da Previdência como se fosse algo em especial que precisa ser corrigido. Ela se coloca no bojo de tantas outras reformas, como a administrativa e a da educação. Seguramente se não ganharmos a consciência política de que o que está em jogo é a consolidação de um projeto que sabidamente leva à exclusão, à miséria e ao desemprego, os trabalhadores não vão conseguir dar respostas a isto. Acho que o caminho é o da mobilização porque, na verdade, quando os tra-

balhadores trilham esse caminho, eles estão se posicionando politicamente na defesa de um projeto diferente do pretendido pelo governo.

**Adusp** - O governo jogou pesado contra a greve dos petroleiros e, ao entabular negociações com a CUT, acabou por causar um racha na entidade. Você acredita que os trabalhadores reúnem condições de enfrentamento no momento atual?

**Fernando** - Apesar do uso que fez o governo do espaço de conversação que foi estabelecido, acredito que ele não saiu vitorioso. Se assim fosse essa proposta da previdência já teria sido votada. Vale ressaltar que desde o envio da proposta original ao Congresso, o governo já teve de recuar em várias ocasiões porque sofreu derrotas. Portanto, nada assegura que as propostas contrárias aos trabalhadores passem na votação em plenário. Não vai ser tão fácil como algumas pessoas sugerem.

**Adusp** - Como a Andes vem atuando na defesa da previdência?

**Fernando** - A Andes é uma das entidades que compõem a coordenação dos servidores públicos federais, que é um fórum intersindical que agrega diferentes categorias vinculadas ao serviço público. E enquanto integrante dessa coordenação a Andes tem sido responsável, em várias ocasiões, pela elaboração de propostas e articulações de aberturas de espaços para a ampliação do debate sobre esta questão.

**Adusp** - A extinção da aposentadoria especial dos professores universitários se deu sob a alegação de privilégio. Como você vê esta questão?

**Fernando** - Na verdade, a posição do nosso sindicato em relação às aposentadorias especiais não se restringe à defesa corporativa desse direito somente para os professores universitários. Defendemos a manutenção para os professores de todos os níveis e para todas as profissões insalubres. Agora, o interessante é que as pessoas que querem acabar com esses "privilégios" são as pessoas que já desfrutaram desse direito.

## Defensores da reforma são marajás da seguridade

**Agência Andes (Brasília)** - Se depender da coerência, do espírito público e das intenções dos responsáveis pela reforma da Previdência, os servidores e os trabalhadores da iniciativa privada podem se considerar previamente derrotados em sua esperança de assegurar uma velhice tranqüila.

Os exemplos dentro do governo são os menos edificantes para a sociedade. O presidente da República, Fernando Henrique

Cardoso, por sinal, encabeça a lista dos marajás da seguridade.

Ele é aposentado duplamente como professor da Universidade de São Paulo (USP) e como senador da República depois de um único mandato de oito anos. As duas aposentadorias, a primeira no valor de 71 salários mínimos (R\$ 7.100) e a segunda proporcional, engordam o salário de R\$ 8,5 mil que percebe atualmente como presidente.

Da relação dos marajás da seguridade que pregam a moralização do sistema constam ainda o ex-senador Marco Maciel (145 salários mínimos, fora o salário de vice-presidente) e o ministro Reinhold Stephanes, da Previdência Social, aposentado precocemente aos 46 anos de idade e 20 de serviço como secretário municipal de Curitiba.

Autoridade que mais tem se destacado na defesa da quebra

dos direitos dos trabalhadores como forma de garantir a saúde financeira do sistema, Stephanes foi eleito deputado federal pelo PFL do Paraná com a ajuda de empresas interessadas na privatização da Previdência, a maioria delas devedoras do INSS.

No Congresso, o quadro não é diferente. Jair Soares, ex-presidente da extinta Comissão Especial que analisava a emenda da reforma da Previdência, recebe R\$ 5 mil de

aposentadoria como ex-governador do Rio Grande do Sul.

O caso mais gritante, contudo, é o do deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM), ex-relator da emenda da Previdência. Aposentado aos 49 anos como integrante do Tribunal de Contas dos Municípios do Amazonas, recebe R\$ 6 mil de aposentadoria, embora só tivesse trabalhado dois anos como consultor do TCM.

Washington Sidney

# “Privilégios”

Quando os artesãos da Idade Média começaram a se organizar, conseguiram algumas mudanças notáveis nas condições de trabalho a que estavam submetidos. Conseguiram, por exemplo, trabalhar 16 horas por dia, “apenas”, em vez das 18 costumeiras. Pelo menos pelos resultados atuais - 8 horas diárias definem o período de trabalho mais comum - a gente sabe que essas conquistas, longe de serem torpedeadas por outras categorias de trabalhadores, se incorporaram a suas lutas e, finalmente, a suas próprias condições de trabalho.

Estamos vivendo uma situação semelhante, quanto à aposentadoria especial do professor universitário. Transformado em vilão, o professor é acusado de ser beneficiário de privilégios que o tornariam hoje o inimigo número um de outras categorias de trabalhadores.

Penso que a ótica correta para analisar e avaliar supostos privilégios é outra. No caso, 25 ou 30 anos de tra-

balho é bastante trabalho. Ter o direito a se aposentar depois de trabalhar todos esses anos é uma conquista pela qual as outras categorias de trabalhadores deveriam brigar. É justo para eles também. Em lugar de se oporem e de acusarem o professor de privilegiado,

estes trabalhadores deveriam estar ao lado do professor, ajudando a defender suas conquistas e lutando para que essas conquistas se incorporassem a seus próprios direitos.

Deve ficar claro para todos nós que perder o direito à aposentadoria após 25/30 anos de trabalho está no mesmo patamar que “flexibilizar relações de trabalho”, através de medidas como perder o FGTS ou o direito a férias. Em todos



Ligia Marcondes Machado

esses casos, trata-se de perda para a classe trabalhadora. Todos nós perdemos sempre que um direito já conquistado e consolidado deixa de ser um direito e passa a ser um privilégio. Privilégios podem - e devem - ser eliminados, desde que claramente reconhecidos como tais.

Direitos podem - e devem - ser ampliados a todos os trabalhadores. Quando os próprios trabalhadores passam a pensar em direitos como privilégios, eles mesmos estão abrindo caminho para que se possa dizer - e se possa, portanto, ouvir - a frase lapidar do Sr. Carlos Alberto Moreira Ferreira, no Opinião Nacional, da TV Cultura, dia 15 de fevereiro: “Certamente, o trabalhador há de preferir não ter férias a ficar desempregado”.

A defesa da aposentadoria aos 25/30 anos de trabalho também tem outros argumentos. Quando há falta de empregos, aposentar é liberar vagas para contratação dos mais jovens. Estes, por sua vez, estariam contribuindo para gerar receita para o Estado, uma vez que passariam a recolher imposto de renda, IAMSPE/IPESP ou INSS; estariam contribuindo para reciclar os locais de trabalho, especialmente a universidade (a idade média do docente da USP em 1995 era 46 anos); estariam contribuindo até para gerar outras receitas, uma vez que se tornariam capazes de gastar seu próprio dinheiro, o que se refletiria em outros impostos (ICMS, IPVA) e em aumento do consumo e, portanto, da produção.

O trabalhador prefere trabalhar. E prefere ter férias e outros direitos. É uma fortuna que tais preferências impliquem em ganho para todos.

Ligia Marcondes Machado é professora do Instituto de Psicologia/USP

## Resumo do Relatório da Tesouraria

Outubro de 1995

<b>Saldo de Setembro:</b>	<b>R\$ 472.081,84</b>
Contribuição Sócios	R\$ 70.889,53
Repasse ANDES-SN	R\$ 14.183,63
<b>1. Receitas</b>	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 56.705,90
1.2. Prestação Serviços	R\$ 2.310,81
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 13.752,85
1.4. Outros (Sinteps, Adunesp)	R\$ 2.061,19
<b>Disponível</b>	<b>R\$ 546.912,59</b>
<b>2. Despesas</b>	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 26.720,42
2.2. Diretorias Regionais	R\$ 500,00
2.3. Manutenção da Sede	R\$ 4.106,40
2.4. Comunicação	R\$ 8.316,30
2.5. Eventos (CONAD)	R\$ 2.866,51
2.6. Outros (Debate Precários)	R\$ 163,00
<b>Total Despesas</b>	<b>R\$ 42.672,63</b>
<b>Saldo de Outubro</b>	<b>R\$ 504.239,96</b>
<b>3. Ativo Financeiro</b>	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 448.828,16
3.2. Poupança	R\$ 52.117,04
3.3. Conta Corrente	R\$ 2.128,32
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 1.293,44
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>R\$ 504.366,96</b>

## Resumo do Relatório da Tesouraria

Novembro de 1995

<b>Saldo de Outubro:</b>	<b>R\$ 504.239,96</b>
Contribuição Sócios	R\$ 70.751,74
Repasse ANDES-SN	R\$ 14.177,91
<b>1. Receitas</b>	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 56.573,83
1.2. Prestação Serviços	R\$ 160,05
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 13.458,92
1.4. Outros (Devolução Adunesp, Sinteps)	R\$ 1.056,31
<b>Disponível</b>	<b>R\$ 575.489,07</b>
<b>2. Despesas</b>	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 26.228,38
2.2. Diretorias Regionais	R\$ 800,00
2.3. Manutenção da Sede	R\$ 7.896,21
2.4. Comunicação	R\$ 12.507,14
2.5. Eventos	R\$ 223,00
2.6. Outros (Debate)	R\$ 700,00
<b>Total Despesas</b>	<b>R\$ 48.354,73</b>
<b>Saldo de Novembro</b>	<b>R\$ 527.134,34</b>
<b>3. Ativo Financeiro</b>	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 481.948,43
3.2. Poupança	R\$ 44.037,71
3.3. Conta Corrente	R\$ 567,23
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 580,92
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>R\$ 527.134,29</b>

## Cuidado com o que você lê na imprensa

É bem possível que o Banespa tenha voltado ao controle do estado de São Paulo, após um ano de intervenção do Banco Central, com problemas operacionais, causados principalmente pelo uso político que o banco teve na última década. Mas, seguramente, não pelos motivos apontados pela *Folha de S. Paulo*, em matéria assinada por Carlos Alberto Sardenberg.

Na tabela ilustrativa da matéria, a *Folha* faz comparação entre o número de funcionários do Banespa e de três instituições privadas. O Bradesco, segundo o gráfico, dispõe, em média, de 29 funcionários por agência, o Itaú 34, o Unibanco 37 (antes da compra do Nacional) e o Banespa 57.

Para os desavisados, uma completa heresia com o dinheiro público.

Acontece que, ainda como complemento da matéria, a *Folha* publicou um box sob o título "Veja os números do Banespa". Dois desses números, se cruza-

dos desmentem o gráfico. Um afirma que o número de funcionários era de 41.724 em maio de 95: 32.533 concursados; 5.606 contratados e 3.585 da Banaser. A seguir, outro desses números aponta 1.641 agências do banco no Brasil e 17 no exterior, aí incluído os postos de serviços.

Portanto, 41.724 dividido por 1.658 (total de agências) é igual a 25 e não 57 conforme faz crer a *Folha*. Se for dada credibilidade à tabela "Veja os números do Banespa" é de se supor que o Banespa opera suas agências com mais eficiência que o Bradesco (29 funcionários), o Itaú (34) e o Unibanco (37).

Ainda no gráfico que aponta o "Banespa inchado", a *Folha* afirma que o banco gasta, em média, R\$ 51 mil por ano, com cada um de seus funcionários. Mesmo levando-se em consideração os benefícios indiretos, os encargos sociais e o 13º salário é muito pouco provável que ele gaste R\$ 4 mil por mês com cada empregado.

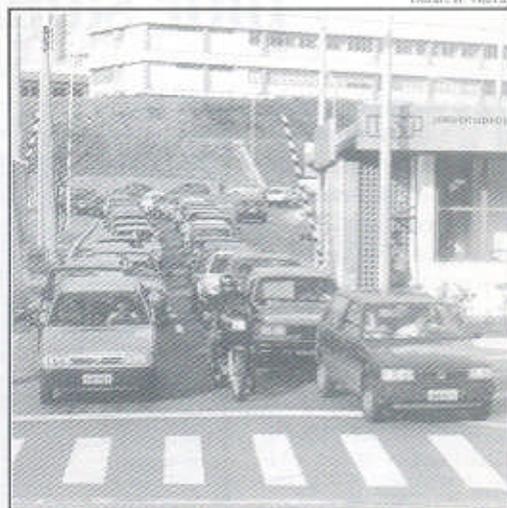
## Trânsito caótico nas saídas da USP

Daniél R. Garcia

Ao contrário do que aconteceu com o trânsito em toda a cidade de São Paulo, que no período de férias permitiu aos motoristas se deslocarem com facilidade de um lado ao outro, os congestionamentos foram uma constante nas três saídas da Cidade Universitária no período de janeiro e fevereiro.

Imagine, então, como ficará o trânsito a partir deste mês, quando as aulas serão retomadas e a USP voltar a receber cerca de 60 mil pessoas diariamente? Os usuários das saídas principal, do Jaguaré e da Veterinária perderam, em média, 30 minutos entre 17h30 e 19h para deixar a Cidade Universitária.

Apesar de não ser novo, este problema se agravou depois que a Prefeitura da Cidade Universitária literal-



Saída da Veterinária às 17h30

mente "tomou posse da USP" ao construir muros de 2,60 metros de altura em torno do Campus e optar por manter apenas três saídas sob vigilância controlada.

Se por um lado a medida atendeu aos interesses da Prefeitura da USP de restringir o trânsito de passagem pelo interior do Campus, afetou alunos, funcionários e docentes em congestionamentos diários.

### Resumo do Relatório da Tesouraria

Dezembro de 1995

<b>Saldo de Novembro:</b>	<b>R\$ 527.134,29</b>
Contribuição Sócios	R\$ 70.793,56
Repasso ANDES-SN	R\$ 14.150,34
<b>1. Receitas</b>	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 56.643,22
1.2. Prestação Serviços	R\$ 3.135,19
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 13.849,07
1.4. Outros (devolução Fórum)	R\$ 8.322,03
<b>Disponível</b>	<b>R\$ 609.083,80</b>
<b>2. Despesas</b>	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 42.721,85
2.2. Diretorias Regionais	R\$ 600,00
2.3. Manutenção da Sede	R\$ 4.858,10
2.4. Comunicação	R\$ 9.124,53
2.5. Eventos (Seminário)	R\$ 4.676,28
2.6. Outros (empréstimo ao Sintusp)	R\$ 10.000,00
<b>Total Despesas</b>	<b>R\$ 71.980,76</b>
<b>Saldo de Dezembro</b>	<b>R\$ 537.103,04</b>
<b>3. Ativo Financeiro</b>	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 490.588,00
3.2. Poupança	R\$ 44.843,01
3.3. Conta Corrente	R\$ 837,34
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 396,52
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>R\$ 536.665,27</b>

### Resumo do Relatório da Tesouraria

Janeiro de 1996

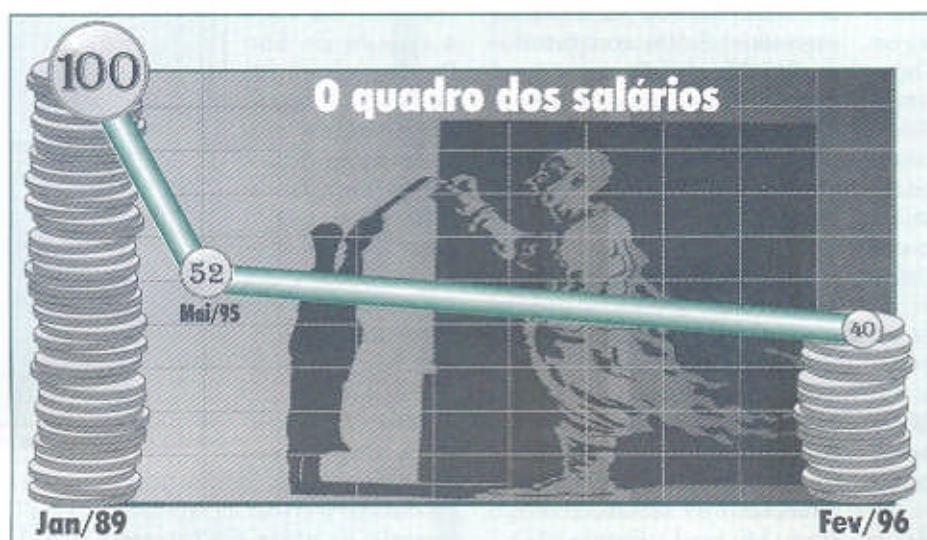
<b>Saldo de Dezembro:</b>	<b>R\$ 536.665,27</b>
Contribuição Sócios	R\$ 70.640,62
Repasso ANDES-SN	R\$ 14.158,77
<b>1. Receitas</b>	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 56.481,91
1.2. Prestação Serviços	R\$ 1.796,07
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 14.021,66
1.4. Outros (devolução Sintusp)	R\$ 10.825,73
<b>Disponível</b>	<b>R\$ 619.790,64</b>
<b>2. Despesas</b>	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 25.350,26
2.2. Diretorias Regionais	R\$ 500,00
2.3. Manutenção da Sede	R\$ 4.609,74
2.4. Comunicação	R\$ 10.872,57
2.5. Eventos (Congresso ANDES)	R\$ 14.549,00
2.6. Outros (empréstimo ao Sintusp)	R\$ 28.000,00
<b>Total Despesas</b>	<b>R\$ 83.946,56</b>
<b>Saldo de Janeiro</b>	<b>R\$ 535.844,08</b>
<b>3. Ativo Financeiro</b>	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 490.979,63
3.2. Poupança	R\$ 40.467,72
3.3. Conta Corrente	R\$ 2.686,10
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 1.710,63
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>R\$ 535.844,08</b>

# No retorno às aulas, docente recebe pior salário dos últimos 20 anos

Nos diversos cantos da Universidade de São Paulo, duas questões têm preocupado os docentes: salários e aposentadoria, ambas com uma frustrante sensação de perda. Neste espaço, trataremos apenas da primeira. Tanto de militantes mais ativos quanto de associados mais afastados da Adusp vimos recebendo queixas de que a situação salarial está insuportável.

Vários deles afirmam que nunca ganharam tão mal e, provavelmente, eles estão com a razão. Embora cada um perceba a perda do poder aquisitivo de forma particular em função dos produtos e serviços que consome, o usual é examinar o poder aquisitivo a partir de determinados índices de inflação.

Depois de nove meses sem qualquer reajuste, o salário de fevereiro de 96 corresponde a aproximadamente 78% do salário de maio de 95 de acordo com o ICV-Dieese. O gráfico acima mostra o salário do MS-3 em queda livre a partir de maio de 95, incluindo dois referenciais: janeiro de 89, marco importante do movimento docente e da implantação da autonomia nas universidades públicas estaduais, e agosto de 94, que detinha a primazia do menor salário dos últimos 20 anos até janeiro de 96. A situação é ainda pior para os MS-1 e MS-2, preteridos em março de 95, quando houve mudança na gratificação de mérito. Por falar em gratificação de mérito, já é tempo de incorporá-la explicitamente ao salário - reivindicação que já constou de nossa pauta de data-base, evitando, assim, que ela seja usada casuisticamente na concessão de reajustes salariais diferenciados. Adicionalmente, evitar-se-ia o risco de que, com o avanço dos projetos neolibere-



rais, fosse necessário brigar para manter tal parcela nos proventos dos aposentados.

Mas, por que o salário está tão baixo? Em 95, as universidades não passaram a receber 9,57% da quota parte líquida do Estado na arrecadação do ICMS em lugar dos 9,0% de anos anteriores? E, além disto, o plano real não trouxe um aquecimento da economia? Ou será que as universidades estão gastando menos com as folhas de pagamento? A questão mais complexa corresponde à análise da evolução da economia pós-real. Utilizando o mesmo deflator empregado para os salários e sem entrar nos detalhes da sazonalidade, é possível identificar um crescimento no segundo semestre de 94 e primeiros meses de 95, após o que seguiu-se uma retração na arrecadação. Como consequência, a arrecadação média mensal de ICMS em 95 foi ligeiramente inferior (2,7%) a de 1994. Para as universidades, a situação é inversa, em virtude do aumento de sua

quota de 9 para 9,57%; assim, os repasses para as universidades subiram cerca de 3,5% de 94 para 95.

E o aumento dos repasses beneficiou os salários? A resposta é verdadeira no caso das categorias MS-3, MS-5 e MS-6; no caso dos MS-3, o salário médio em 95 foi cerca de 2,9% maior que em 94. Em termos da avaliação da situação atual e projeção futura, isto pouco quer dizer pois o salário entrou em queda livre a partir de maio de 95; a média de 95 foi um pouco melhor que a de 94 apenas em virtude de arrecadação alta nos primeiros meses do ano. Para completar a análise, convém mencionar que o comprometimento médio das três universidades com as folhas de pagamento em 95 correspondeu a aproximadamente 87,8% dos repasses feitos pela Secretaria da Fazenda e para a USP ele ficou em 86%, ambos os valores superiores aos 85% defendidos recentemente pelo Criesp como limite máximo.

E qual é, então, a saída para a recuperação dos salários? O primeiro passo é, sem dúvida alguma, a construção de uma boa campanha de data-base, de modo a conseguir, pelo menos, a recuperação do salário de maio de 95. No mês de fevereiro, o reajuste mínimo, de acordo com o ICV-DIEESE, deveria ser 28%. Há ainda que incluir as inflações dos meses de março, abril e maio.

O segundo passo envolve uma intervenção integrada da comunidade acadêmica, incluindo o poder institucional, na discussão do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para 1997, de modo a preservar uma autonomia efetiva das universidades estaduais paulistas. Com o congelamento parcial do orçamento, ditado pela LDO de 96, a magnitude da recuperação de nossos salários que, em última instância, repousa na força do movimento, já observado, na recuperação da economia e um combate mais intenso à sonegação fiscal. Adicionalmente, caberia também rever, no plano interno, a aplicação dos recursos orçamentários; diante de uma crise salarial tão grave e da existência de grande número de convênios que carregam recursos financeiros extraordinários para as universidades, por que não reduzir a porcentagem dos recursos repassados pela Secretaria da Fazenda a ser destinada às despesas de custeio e investimento? A médio prazo temos de nos empenhar para que a LDO de 1997 contemple mais adequadamente as universidades de modo que estas possam continuar a desenvolver, com um alto padrão de qualidade, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sem o risco de aprofundar ainda mais a privatização interna, via empresariamento de suas atividades.

## Acredite se puder

Em termos do índice de inflação preferido pelas reitorias, o IPC-Fipe, o salário de fevereiro de 96 não é o pior dos últimos 20 anos e corresponde a aproximadamente 85% do salário de maio de 95. De acordo com o mesmo índice, o salário médio de 95 do MS-3 foi cerca de 19% maior do que o de 94, empatando com o aumento da dotação orçamentária das universidades. Quem terá percebido que o ano de 95 foi tão bom assim?